

Responsável pela fusão das redes informáticas do ICP e da APAD; desenho e desenvolvimento da página institucional do IPAD; implementação da aplicação de gestão electrónica de documentos e processos; criação e manutenção da Intranet do IPAD; migração da rede de dados para W2003;

De 2001 a 2003 — exerceu funções como chefe de divisão do Centro de Informática do Instituto da Cooperação Portuguesa mediante nomeação por despacho;

Nomeada para integrar grupos de trabalho para a modernização dos sistemas de informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas áreas da arquitectura dos SI, da segurança e das telecomunicações do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Responsável pela instalação e manutenção das infra-estruturas da rede integrada de voz e dados do ICP; migração da rede de dados para Windows 2000; criação de plataforma de segurança Internet; configuração e instalação de serviço de correio electrónico e de *webmail*;

De 1995 a 2001 — exerceu funções na carreira informática do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade como técnica superior de informática de 1.ª, técnica superior de informática principal e especialista de informática do grau 2 — funções nas seguintes áreas: colaboração no estudo e implementação de sistemas de informação; análise, elaboração e implementação de políticas de segurança na área da informática; administração de sistema do correio electrónico; elaboração de pareceres técnicos; auxílio à gestão e operacionalidade das redes Unix3.1, Novell 4.1 e NT 4.0;

De 1979 a 1995 — com as categorias de programadora, de técnica superior de informática de 2.ª e de técnica superior de informática de 1.ª, prestou serviço na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários (ex-IROMA) do Ministério da Agricultura, com as funções de análise e programação em sistemas da IBM (sistema 36, sistema 38, sistema AS400), utilização das linguagens de programação RPGII, RPGIII, RPG400.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos
Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 13 041/2007

Pelo despacho de 25 de Maio de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, a reavaliadores assessores da carreira técnica superior aduaneira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, os seguintes funcionários:

Maria Judite Monteiro Moreno Couto.
João Manuel Gomes Ferreira.
Paula Maria Santos Bento Pinto.
Élio Estrela Geraldes.
João Daniel de Mendonça Campos Malta.
Vitor Manuel Vaz da Costa.
Maria de Lurdes Rebelo Guimarães Ferreira Leite.
Maria Otília da Costa Ferreira.
Ana Maria Ribeiro.
Amândio Joaquim Lopes.
Carlos Jorge Gonçalves de Freitas.
Maria da Conceição Moreira Vergueira.
João Manuel Proença da Silveira Botelho.
Maria Alice Marques Carrola Garcia Henriques.
Ana Maria Morujo da Silva Monteiro.
Maria da Conceição Pires Esteves Nunes Trindade Santos.
Manuel Lopes Martins.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Instituto de Gestão do Crédito Público, I. P.

Aviso n.º 11 447/2007

De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores inte-

ressados, de que a taxa média a vigorar no mês de Junho de 2007 é de 2.48567 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 2.73424 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

Aviso n.º 11 448/2007

De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados, de que a taxa de juro para o mês de Junho de 2007, já multiplicada pelo factor 0,96 é de 2.38624 %.

8 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Pontes Correia*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho n.º 13 042/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é renovada a comissão de serviço no cargo de chefe da Divisão de Investigação e Desenvolvimento da Direcção de Estudos, Planeamento e Cooperação Internacional da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, ao capitão-de-mar-e-guerra EMQ Manuel Maria dos Reis das Neves. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, vice-almirante.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 13 043/2007

Por meu despacho de 11 de Maio de 2007, foi a licenciada Cristina Maria da Cunha Pinto provida, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, na categoria de assessora principal, da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, ficando posicionada no 1.º escalão, índice 710, com efeitos a 22 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Aviso n.º 11 449/2007

**Concurso interno de acesso misto para três vagas
de assistente administrativo especialista**

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, pelo despacho n.º 23/2007, de 30 de Março, do sub-inspector-geral da Defesa Nacional (na qualidade de substituto legal do IGDN), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso interno de acesso misto para preenchimento de três lugares de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo VI da Portaria n.º 249/2005, de 1 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

1.1 — Dois lugares para funcionários do quadro próprio de pessoal da IGDN;

1.2 — Um lugar para funcionários não pertencentes ao quadro de pessoal da IGDN.

2 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro.

Acresce que em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — de acordo com o n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o concurso visa exclusivamente o provimento das três vagas mencionadas, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — ao assistente administrativo especialista compete, nos lugares a prover, o exercício de funções de apoio nas áreas de administração do pessoal, expediente e arquivo, contabilidade, economato e património, assim como apoio técnico e administrativo nas áreas de estudos e planeamento.

5 — Local de trabalho — nas instalações da IGDN, no Palácio Bensaúde, Estrada da Luz, 151, 1600-153 Lisboa.

6 — Remuneração e condições de trabalho:

6.1 — A remuneração é a correspondente ao escalão e índice da respectiva categoria, referenciada na escala salarial que consta do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

6.2 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão a concurso:

7.1 — Requisitos gerais — satisfazer as condições estabelecidas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — ser funcionário da Administração Pública e possuir a categoria de assistente administrativo principal com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*, nos termos do n.º 1, alínea *a*), do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Formalização da candidatura:

8.1 — A candidatura deverá ser formalizada, até ao termo do prazo fixado, através de requerimento feito em papel normalizado branco, de formato A4, dirigido ao subinspector-geral, podendo ser entregue pessoalmente na Inspeção-Geral da Defesa Nacional, Palácio Bensaúde, Estrada da Luz, 151, 1600-153 Lisboa, ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, considerando-se entregue dentro do prazo os requerimentos e respectivos documentos de instrução cujo aviso de recepção tenha sido expedido pelos CTT até ao limite do prazo fixado, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data do nascimento, nacionalidade, número do bilhete de identidade com data e serviço que o emitiu), residência e código postal, telefone ou outra forma de contacto;

b) Habilitações literárias;

c) Concurso a que se candidata e menção ao respectivo aviso;

d) Identificação da categoria que o candidato detém, tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;

8.2 — O requerimento de admissão a concurso deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;

b) Fotocópia do bilhete de identidade;

c) Documento comprovativo das habilitações literárias;

d) Documentos comprovativos das acções de formação complementar, com referência à entidade promotora, sendo indispensável que conste a respectiva duração, caso as mesmas não estejam devidamente averbadas;

e) Fotocópia das classificações de serviço, relativas aos três últimos anos relevantes para efeitos do concurso;

f) Certificado emitido pelo serviço ou organismo de origem, do qual conste o vínculo, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;

g) Quaisquer outros elementos que possam ser considerados passíveis de influir na apreciação de mérito, os quais todavia só serão tidos em consideração, pelo júri, se devidamente comprovados.

8.3 — Nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, que constam do presente aviso, determina a exclusão do concurso.

9 — Métodos de selecção:

a) Avaliação curricular;

b) Entrevista profissional de selecção.

9.1 — A avaliação curricular é efectuada de harmonia com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, nela sendo obrigatoriamente considerados factores, tais como a habilitação académica de base, a formação profissional, a experiência profissional e a classificação de serviço.

9.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva, as aptidões dos candidatos designadamente quanto à capacidade de expressão e fluência verbal, motivação e interesse pelo desempenho, capacidade de relacionamento, interesse pela valorização profissional e capacidade de coordenação.

9.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como da entrevista profissional de selecção, incluindo

a respectiva fórmula de classificação final, constam da 1.ª acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos quando solicitada, conforme previsto no n.º 1, alínea *g*), do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.4 — A classificação final será a que resultar da média aritmética simples ou ponderada das classificações obtidas, na escala de 0 a 20 valores. Em caso de igualdade de classificação, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios de preferência, constantes dos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Local de afixação — a relação dos candidatos e da lista de classificação final será afixada no expositor da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, sita no Palácio Bensaúde, em Lisboa.

11 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado Fernando Miguel Portela Torres Caetano Mendes.

Vogais efectivos:

Assistente administrativa especialista Maria Manuela Manso Alves dos Santos Rosa, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Assistente administrativo especialista Paulo Jorge Bernardo Cruz da Fonseca.

Vogais suplentes:

Assistente administrativo especialista Carlos Manuel Sequeira da Silva Dias.

Assistente administrativa especialista Maria Isabel Brito Marques de Almeida Bailão.

30 de Maio de 2007. — O Subinspector-Geral, *Joaquim Carlos Pinto Rodrigues*.

MARINHA

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 13 044/2007

Por despacho de 10 de Maio de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foi Maria de Lurdes Quirino Pereira Dias, assistente administrativa principal do escalão 2 do quadro do pessoal da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio, transferida para o quadro do pessoal civil da Marinha, para a mesma categoria e escalão.

Esta transferência determina a exoneração do anterior lugar, com efeitos à data de aceitação da nomeação no novo quadro.

30 de Maio de 2007. — O Chefe da Repartição, *Emanuel José de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho (extracto) n.º 13 045/2007

Por despacho de 24 de Maio de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Material, foi Maria Isabel Ferreira Garcia Martins, assistente administrativa principal do quadro do pessoal civil da Marinha, designada para o exercício de funções de secretária de apoio ao superintendente dos Serviços do Material, vice-almirante José Joaquim Conde Baguinho, a contar de 24 de Maio de 2007, ao abrigo do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e do despacho n.º 26/93, de 6 de Abril, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada.

30 de Maio de 2007. — O Chefe da Repartição, *Emanuel José de Pinto e Lobo*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho (extracto) n.º 13 046/2007

Por despacho de 4 de Maio de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, foi Marília Lopes Martins Alves Ferreira, assistente administrativa especialista, do quadro do pessoal civil da Marinha, designada para o exercício de funções de secretária de apoio ao superintendente dos Serviços do Pessoal, vice-almirante José Augusto Vilas Boas Tavares, a contar de 4 de Maio de 2007, ao abrigo do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho,